



"Até que todas sejamos livres": o ativismo 'sentipensado' das feministas agroecológicas brasileiras contra as violências agrocapitalistas¹

"Until We Are All Free": The Feelingthinking Militancy of Brazilian Agroecological Feminists against Agrocapitalist Violences

Héloïse Prévost ^a 

RESUMO: A autora analisa as mobilizações agroecológicas feministas no Brasil a partir das conceitualizações do "sentipensar" e do *corazonar*. O vínculo com a Terra e a fusão entre emoções e análise política são analisadas através do estudo de materiais ativistas (*mística*, canções, poemas, *slogans*) e entrevistas com ativistas rurais. A compreensão deste sentipensamento lança luz sobre as diferentes dimensões da violência. É proposta uma análise da violência de gênero, entendida como uma estratégia do agrocapital. Violência conjugal e "feminicídios agrocapitalistas" fazem parte do que a autora chama de "necropolítica agrocapitalista". As estratégias coletivas de superação usadas pelas ativistas favorecem uma afirmação de força e uma continuidade da luta e da vida.

Palavras-chave: Sentipensar; Feminismo; Natureza; Violência; Necropolítica agrocapitalista.


ABSTRACT: The author proposes a reading of agroecological feminist mobilizations in Brazil from the conceptualizations of the « feelingthinking » and the *corazonar*. The link to the Earth and the fusion between emotions and political analysis are analysed by studying militant supports (*mística*, songs, poems, slogans) and interviews with rural activists. Understanding this feelingthinking light on the different aspects of violence. An analysis of gender violence, understood as a strategy of agrocapital, is proposed. Socio-environmental domestic violence and "feminicidal agrocapitalists" are part of what the author calls an "agrocapitalist necropolitics". The collective strategies of surpassing developed by the activists promote an affirmation of the strength and continuity of the struggle and life.

Keywords: Sentipensar; Feminism; Nature; Violence; Necropolitic agrocapitalist.

^a ANR GENgiBRe, Centre d'études en sciences sociales sur les mondes africains, américains et asiatiques, Université de Paris 8, França.

* Correspondência para/Correspondence to: Héloïse Prévost. E-mail: heloise.prevost@ird.fr.

Recebido em/Received: 14/03/2022; Aprovado em/Approved: 12/04/2022.

Artigo publicado em acesso aberto sob licença [CC BY 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) 

¹ Trata-se de uma tradução realizada pela própria autora, com revisão de Gabriela Monteiro, do artigo publicado sob o título: «Jusqu'à ce que nous soyons toutes libres»: la militance «sentipensée» des féministes agroécologiques brésiliennes contre les violences agrocapitalistes. Foi publicado em: *Recherches féministes*, 32 (2), 13–37. 2019. <https://doi.org/10.7202/1068337ar>

INTRODUÇÃO

Caruaru, Brasil, 12 de agosto de 2016

O Movimento da Mulher Rural Trabalhadora do Nordeste (MMTR-NE) está comemorando seu 30º aniversário. São 15h. No auditório, uma centena de mulheres vão e vêm. Todas elas estão vestindo camisetas rosa *pink* com o logotipo do movimento, uma folha de árvore verde. Na parede de trás, as letras AGROECOLOGIA sobre fundo vermelho, costuradas em chita, tecido tradicional do Nordeste, representando flores coloridas. No centro da sala, uma mulher está de pé com um microfone na mão. Ao redor dela, 17 mulheres estão deitadas no chão, seus pés voltados para a mulher em pé. Seis velas as cercam. Elas formam uma margarida e cada mulher representa uma pétala. No Brasil, a margarida é tanto uma flor quanto um símbolo de luta: Margarida Alves, líder sindical rural assassinada em 12 de agosto de 1983 em Alagoa Grande (Paraíba) sob as ordens de proprietários de terras. Esta data marca o dia de sua morte. É também o aniversário do movimento. A mulher de pé no centro inicia uma popular novena do Nordeste. Todas cantam juntas. A cantoria cessa. Um momento de silêncio, cabeças curvadas. A atmosfera é pesada. Então a mulher do centro chama "Margarida". A sala inteira responde: "Presente!" Uma mulher pétala se levanta: "Maria", "Presente!" Outra mulher-pétala se levanta: "Izabel". "Presente!" Outra se levanta... Cada uma delas se levanta novamente, encarnando uma das companheiras desaparecidas, que renascem e retornam entre elas. Todas elas se levantam e gritam de alegria e vitória, terminando com aplausos.

Este momento é chamado de *mística*, que é uma encenação de canções, danças e gestos rituais que expressam valores, ideais e motivos de luta compartilhados (Castells 2001). esta *mística* mobiliza os três tipos de corpos (Santos 2018): o corpo moribundo, o corpo sofredor, o corpo de júbilo. as opressões provocam o corpo moribundo. A luta vive, visibiliza e utiliza o corpo sofredor. A luta se alimenta da força de vida do corpo de júbilo.

O uso do corpo e das emoções é de renovado interesse científico. Seja a análise das mobilizações (Jasper 2016; Traïni 2009), do trabalho político (Braud 1996); uma "volta afetiva" (Clough; Halley 2007) está ocorrendo no pensamento científico ocidental a partir dos anos 1990. O entrelaçamento de dimensões racionais e emocionais vêm sendo foco de atenção e as emoções são apreendidas em um *continuum* entre dispositivos afetivos e reflexivos (CORDELL 2017). No entanto, para as epistemologias do Sul, a ecologia política latino-americana e as epistemologias feministas, particularmente as decoloniais e ecofeministas, além de um *continuum*, são uma fusão. As conceitualizações em torno do corazonar e do sentipensar ilustram esta perspectiva.

Corazonar é uma palavra que consiste nos substantivos *corazón* (coração) e *razón* (razão), uma expressão híbrida entre emoção, afeto e razão (Santos 2018). Esta noção é uma proposta espiritual e política que surgiu das lutas dos povos indígenas e

afrodescendentes da América Latina, uma "sanação do ser" que revitaliza as forças primordiais (afeto, a dimensão sagrada da vida, a dimensão feminina da existência e a sabedoria) afetada e atacada pela colonização (Guerrero Arias 2016). As emoções são uma energia vital que promove a ação. O corazonar é praticado como um exercício de autoaprendizagem que provoca compreensão e mudança do mundo (Santos 2018).

Estreitamente relacionada a isto está a noção de "sentipensar", divulgada pelo sociólogo Orlando Fals Borda, com base na cultura popular camponesa do Caribe colombiano (Bassi 2008). Em suas pesquisas, ele conheceu pescadores e pescadoras de origem colombiana que mobilizam esta noção para afirmar o significado político do encontro entre o coração e o corpo, o humano e o não-humano. Por um lado, a noção se refere à capacidade de superar dificuldades recorrendo a técnicas de sobrevivência: pescadores e pescadoras imitam as estratégias das tartarugas 'hicotea', uma espécie endêmica da América Latina. Por outro lado, as pessoas "sentipensantes" combinam emoções e razão para alcançar a harmonia em suas vidas. Forçando cada pessoa a sair de quadros dicotômicos de pensamento, estas noções operam dois movimentos consubstanciais: a fusão entre as emoções e a racionalidade (Fals Borda 2009) bem como os laços entre humanos e não-humanos.

Além de descentralizar - desocidentalizar - o olhar, estas conceitualizações nos permitem romper com a crença em um único mundo (Escobar 2018; Santos 2002) e tornar visíveis outras possibilidades: alternativas à ordem dominante e à "colonialidade do poder" (QUIJANO 2005). As feministas decoloniais e as ecofeministas têm mostrado como a racionalidade ocidental, que separa e desconecta a mente e o corpo, a pessoa humana e a natureza, é parte de uma ordem colonial e patriarcal (Cabnal 2010; Lugones 2008; Plumwood 1993). Emoção e formas de conhecimento (místico, espiritual, experiencial) tem sido atribuído às mulheres e aos povos colonizados, que têm sido associados à irracionalidade e ao perigo. Ainda assim, estes "pensamentos em ação" constroem as "bases sociais, epistêmicas, ontológicas e culturais para uma transformação social e ecológica do mundo" (ESCOBAR, p.79, 2018). É precisamente esta análise das formas de pensar e encarnar ativismo que será discutido aqui, usando o exemplo das mobilizações das mulheres rurais brasileiras. Como essas militantes feministas carregam e encarnam um "sentipensar com a Terra" (ESCOBAR 2018)? Como suas análises políticas são construídas com essa dimensão emocional? Quais são as especificidades de tal ativismo?

A fim de explorar este corazonar feminista e ecológico, os materiais ativistas (canções, poemas, filmes, *slogans*, roupas, personagens simbólicos etc.) são analisados aqui. Mais do que os textos políticos dos movimentos, os materiais ativistas concretizam formas de conhecimento e promovem o reconhecimento do significado emocional (e) político do ativismo. Além disso, foram realizados estudos e entrevistas com ativistas do MMTR (27 entrevistas para 12 histórias de vida e 8 entrevistas cinematográficas) de 2014 a 2018, o levantamento etnográfico dos espaços ativistas, como a Marcha das Margaridas (MM) (reuniões preparatórias de dezembro de 2014 a agosto de 2015 e a 5ª MM realizada em Brasília em agosto de 2015), assim como eventos do MMTR (reuniões,

assembleias gerais, os 30 anos do movimento, seminário sobre feminismo rural nas cidades de Caruaru-PE, Recife-PE e Itapipoca-CE).

A MM é uma mobilização de mulheres trabalhadoras rurais que nasceu nos anos 2000, organizada a cada quatro anos. Reúne organizações não governamentais (ONGs), movimentos sociais, redes nacionais e internacionais, assim como redes rurais e sindicatos rurais comprometidos com a agroecologia². O nome é uma “mulheragem” à Margarida Alves. As 5ª (2015) e 6ª (2019) MMs reuniram 100.000 mulheres rurais. Coordenada pela Confederação Nacional dos sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras agrícolas, a MM colaborou com o governo durante os mandatos do Partido dos Trabalhadores.

O MMTR é um movimento não-misto criado nos anos 1980, definido como um espaço de auto-organização, de afirmação e formação das mulheres rurais. Contém mais de 300 ativistas, a maioria dos quais se identifica como negras. O MMTR participa de espaços políticos nacionais, como a MM. Ele está ativo nos nove estados do Nordeste, uma região que sofre com secas severas e tem um grande número de propriedades rurais nas mãos de famílias poderosas (legado dos latifúndios escravocratas).

A MM e o MMTR defendem uma concepção da agroecologia como um modo de vida ecológico, mas também como um modelo social igualitário. Na construção desta alternativa, as mulheres rurais se afirmam como sujeitos políticos (Butto, 2017; Siliprandi, 2009; Esmeraldo, 2014). É preciso colocar algumas limitações para a mobilização das noções de “sentipensar” e “corazonar”: atualmente, poucos trabalhos os desenvolvem³ e poucas abordagens metodológicas as implementam. Para compreendê-los, é necessário aproximar-se dos trabalhos político-teóricos, das reflexões das comunidades e movimentos, bem como dos trabalhos acadêmicos que possam ecoá-las, como o pensamento feminista decolonial ou a ecologia política latino-americana. As abordagens são geralmente participativas ou baseadas na “reflexão-ação-reflexão” (Fals Borda 2009; Escobar 2018).

Alguns elementos favoreceram a adoção desta abordagem em meu estudo: o longo período de tempo da pesquisa (de 2014 a 2019), os muitos momentos passados com e entre as ativistas, e o “fazer-juntas” implementado no contexto de um projeto

²A agroecologia é um conceito em debate, muitas vezes definido como uma ciência, um movimento, uma prática. No Brasil, um movimento agroecológico (re)surgiu durante a década de 1980, reunindo diferentes esferas (ONGs, universidades, instituições e movimentos). Os grupos de mulheres desempenham um papel central nesta dinâmica (Siliprandi 2009). Sob o impulso dos movimentos sociais, incluindo a MM, as políticas públicas agroecológicas surgiram durante os mandatos do Partido dos Trabalhadores.

³Aqui estão alguns deles, além de Orlando Fals Borda, Patricio Guerrero Arias mobiliza o corazonar em sua tese de doutorado (2016); Ana Patricia Noguera de Echeverri e Omar Felipe Giraldo citam o sentipensar em artigo publicado em 2017; Arturo Escobar publicou um artigo sobre o assunto em 2014; Boaventura de Sousa Santos fez referência em um livro publicado em 2018. Entre os movimentos sociais, os Zapatistas mobilizam o corazonar em suas manifestações.

participativo⁴. Finalmente, descobriu-se que a amizade e a confiança mútua eram ingredientes: estes têm sido construídos ao longo dos anos como resultado das ligações entre os feminismos compartilhados, a acolhida e aceitação da parte das ativistas, da partilha e do escutar uma as outras.

Neste artigo, optei por abordar, em três partes, a construção de uma relação sentipensada ao ativismo e a natureza em um contexto que proponho definir como 'necropolítica agrocapitalista': 1) apresentação de práticas e valores ambientais; 2) análise do *continuum* de violência baseada na análise da violência conjugal socioambiental e do que eu chamo "feminicídio agrocapitalista"; 3) foco nas estratégias para a superação.

DESENVOLVIMENTO

Um sentipensar feminista agroecológico

Estudar os portadores físicos (poemas, imagens, música etc.) e figurativos (*slogans*, narrativas, personagens etc.) de um movimento social oferece uma leitura de sua ideologia⁵, conscientização e estratégias de coesão (Jasper 2016). Proponho, portanto, estudar a "visão⁶" agroecológica feminista a partir destes elementos.

Preservando, cuidando e reparando a Terra

Em minha pesquisa, "cuidar da Terra" está no coração do modelo construído e se expressa nos discursos, escritos e canções das ativistas: "A agroecologia é um modelo de vida. Significa sentir-se bem. É sobre cuidar de seu quintal para ter uma produção saudável. Cuidando de [seu] quintal, você cuida da natureza, dos seres que você tem que respeitar" (entrevista com Zinia⁷, agricultora do Ceará, 2017). Em contraste com as abordagens baseadas na exploração de "recursos naturais", as respondentes desenvolvem uma ligação com a Terra: "Nós que praticamos agroecologia, temos que consertar a Mãe Terra" (Jasmin, 54 anos, agricultora do Ceará⁸); "nossa produção

⁴O projeto "Mulheres rurais em movimento" co-dirigido e co-produzido pelo MMTR-NE e Héloïse Prévost.

⁵A ideologia inclui ideias, identidades, padrões narrativos e outros elementos que expressam uma visão do mundo e sugerem ações (Jasper 2016).

⁶As ecofeministas enfatizam a "necessidade vital" (Hache 2016, p. 18) de "ter novas imagens em nossas mentes, [para] nos aventurarmos em uma paisagem transformada, [para] contar novas histórias" (STARHAWK, 2015. p 129) e, portanto, a necessidade de "criação de uma visão".

⁷Com exceção das entrevistas filmográficas, os nomes das entrevistadas são anonimizados.

⁸Se a menção "entrevista" não for indicada, então estas são as palavras das participantes da oficina "Feminismo e Agroecologia" organizada pela MMTR em 2016 (60 mulheres rurais participaram, assim como uma ONG membro e uma acadêmica da Associação Brasileira de Agroecologia).

preserva a saúde da água, dos animais e de todos os seres vivos" (Cravina, 33, agricultora de Sergipe). Dois registros de luta aparecem nos discursos e escritos: a luta contra a ordem machista e a luta contra o agrocápital⁹. Algumas ativistas denunciam o caráter de gênero da carga do cuidado: "São as mulheres que cuidam da terra. Os homens só querem jogar pesticidas para que não tenham que trabalhar. É uma verdadeira luta. Os homens não a aceitam" (Camélia, 46 anos, agricultora do Sergipe). A interconexão entre as lutas ambientais e feministas é afirmada:

A mulher trabalha muito

Pra não ser valorizada

Na agroecologia então

A nossa luta é dobrada

Porque queremos preservar

Então temos esse olhar

De uma natureza bem cuidada

Feminismo nada mais é

Do que nos valorizar [...]

Por isso é que falamos

Que sem Feminismo não há

Agroecologia

Porque um está ligado ao outro

Poema de Maria do Socorro Nascimento, agricultora pernambucana (FERREIRA 2016)

A violência contra a natureza é denunciada independentemente: "É violência perpetrada contra a natureza, contra os insetos, contra os animais. Não se pode trabalhar na agroecologia sem trabalhar na violência. A natureza faz parte deste equilíbrio" e em sua articulação com a violência contra as mulheres: "Se há lágrimas e sangue de mulheres, então não é agroecologia", "O machismo é o veneno na vida das mulheres"¹⁰ (ver figura 1).

⁹A noção de agrocápitalismo refere-se a um sistema hegemônico articulando grandes latifúndios, indústrias químicas, metalurgia, biotecnologia, capital financeiro e mercado (Fernandes et al. 2008). Este sistema depende do aparato político-institucional, bem como do aparato científico e tecnológico.

¹⁰Estes foram observados nas discussões do III Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) em 2014, na MM em 2015, mas também em bandeiras em várias marchas.

Figura 1. IVE Encontro Nacional de Agroecologia -2018.



Fonte: Post no Facebook, página MM, 20 de setembro de 2018

A cultura mortal do modelo agrocapitalista e sua superabundância de pesticidas são denunciados. A canção *Amigos da Natureza*, de Nazaré Flor, agricultora cearense, destaca, já no final da década de 1990 a oposição entre dois modelos socio-agriculturais em uma abordagem ligada à Terra: "Um polui, o outro ajuda a terra, que é nossa mãe". As interconexões entre seres humanos e não-humanos são destacadas: o que "mata a terra" vai de mãos dadas com o que "nos mata". As interconexões entre seres humanos e não humanos são destacadas: o que "nos machuca". O "cuidado" é frequentemente apresentado de uma forma educativa que visa disseminar conhecimentos, converter ou reforçar os valores do grupo. Os rituais militantes são o tempo-espaço desta transmissão que reforça a visão comum. Deve-se notar que os rituais MMTR são apresentados através de canções, poemas e rodas que abrem e fecham as reuniões.

No filme *Mulheres rurais em movimento*, vemos ativistas que, antes de retomar seu trabalho militante, começam uma rodada de canto:

Ei! não derruba esta palmeira

Ei! não devora os palmeirais.

Tu já sabes que não pode derrubar

Precisamos preservar as riquezas

naturais [...]

Através da canção, a consciência socioambiental é afirmada como um valor essencial. Por sua vez, o ritual reafirma, em cada momento coletivo, o da luta e do modelo em construção. A dimensão pedagógica dos portadores militantes é sentipensada: o convite para agir mobiliza um registro racional ("Se não cuidarmos do mundo [...] nossa saúde faltará, as águas desaparecerão, nossas árvores vão secar") e afetivas ("Faça isso com afeição"), (*Amigos da Natureza*).

Amar e encarnar a Terra

A abordagem agroecológica feminista é baseada em uma dimensão afetiva. Esta última também é sentipensada, ambos como apreensão pessoal, na visão construída para si mesma e coletivamente, bem como na expressão militante. Assumir emoções e afetos de uma forma sentipensada quebra dois estigmas: a naturalização das mulheres como seres emocionais e não racionais, a naturalização do ativismo, diminuído por estar mais no registro afetivo do que no registro racional. Estas representações são baseadas em uma lógica de bicategorização e hierarquia, entre razão e emoção, específica da "colonialidade do saber" (Lander 2005). Ativistas se recusam a invisibilizar a dimensão afetiva de sua visão e práticas. Para elas, a ausência de afeto reflete a cultura destrutiva agrocapitalista. Elas estão em desacordo com isso: "Esta sensibilidade ao cuidado, às crianças, às plantas, com amor. Tudo está em harmonia. A destruição do mundo que vemos é por causa da falta de amor pela natureza. A terra está pedindo ajuda e nós a estamos destruindo."(entrevista com Líria, agricultora e artesã cearense, 2017).

Slogans e cartazes afirmam esta postura: "Sem afeto, não há agroecologia" (IV bandeira ENA, 2018) (ver Figura 2)

Figura 2. IV Encontro Nacional de Agroecologia, junho de 2018.



Fonte: desenho de Ricardo Wagner, oficina da mulher rural sobre a transição agroecológica

Além de canções e poemas, o "conhecimento corporizado" (Santos, 2018) - que se possui dentro e através do corpo - também é mobilizado. A Terra pode ser uma figura encarnada, seja como "Mãe Terra" ou como uma irmã: "Lutando pela natureza e sua

preservação! Uma irmandade com a natureza"¹¹. A referência à encarnação de flores também é recorrente. As ativistas se autodenominam *margaridas*, como as flores e como Margarida Alves. Além disso, elas usam saias de *chita* representando flores, escrevem poemas onde as flores são mulheres e as mulheres são flores, entre outras coisas.

Figura 3. Ativistas do MMTR com saias de chita no IV Encontro Nacional de Agroecologia.



Fonte: post no Facebook, página MMTR, 21 de maio de 2014.

Este conhecimento “corporizado” expressa uma apreciação e uma compreensão global do papel das flores no meio ambiente e na produção agroecológica. Um exemplo da minha pesquisa de campo de 2016 ilustra isso: Alfazema (56 anos, agricultor agroecológico do Ceará, casado com Sálvia), mostrando o quintal da família explica que ele não entende por que sua esposa planta flores: "Eu costumo dizer a ela muitas vezes: "Plante uma mandioca em vez disso! É útil, pelo menos paga. A mandioca faz farinha. Mas flores..." Ela gosta de flores, isso é coisa dela." Mais tarde, Sálvia (53 anos, agricultora e trabalhadora da saúde) explica esta decisão:

Eu planto diferentes espécies de flores no quintal, porque elas têm um papel central para o ecossistema. Na agroecologia, a diversidade é importante. As flores, elas trazem as abelhas. Eles promovem a polinização. Eles trazem vida! Algumas mantêm afastados os insetos que atacam a produção. E então elas trazem cor, perfume e alegria!

Aqui novamente, Sálvia mobiliza um registro sentipensado: o utilitário e a função racional em escala socioambiental são mesclados com a função afetiva das flores. O enfoque agroecológico feminista tem, portanto, quatro especificidades: 1) coloca os afetos no centro da compreensão política; 2) reifica o vínculo socioambiental com a

¹¹ O seminário acima mencionado "Feminismo e Agroecologia" organizado em 2016 pelo MMTR.

Terra 3) integra a análise das relações de gênero e da ordem agrocapitalista; 4) articula diferentes formas de conhecimento.

A reconexão com a Terra tem um duplo escopo: promover um modelo que articula social e ambiental, denunciando a racionalidade agrocapitalista que explora a Terra e a transforma em uma alteridade, o que causa seu envenenamento e morte. Desenvolver um vínculo afetivo com a Terra, é uma questão de reconstruir a representação da Terra como organismo vivo e mãe nutridora (Merchant 1980), assim como valorizar seu papel central e os laços intrínsecos entre o ser humano e a natureza.

A invisibilização desta dimensão sentipensada tem efeitos sobre a compreensão da violência contra as mulheres e contra a natureza. As violências são minimizadas, banalizadas e apreendidas de forma individual e independente. A abordagem feminista e socioambiental articulada com a visão sentipensada favorece à apreensão estrutural da violência e permite a identificação do que eu chamo de "necropolítica agrocapitalista".

Uma análise feminista da violência como necropolítica agrocapitalista

O Brasil detém recordes mortificantes, tanto ambientais quanto sociais. Além do recorde de consumo de pesticidas desde 2008¹², o desmatamento está atingindo níveis alarmantes de acordo com os analistas¹³. Além disso, de acordo com o *Atlas da violência* (Cerqueira et al. 2018): de 2009 a 2011, o número médio de feminicídios chegaram a 472 assassinatos por mês. As mulheres negras representam 61% das vítimas, 87% no Nordeste (Garcia et al. 2013). Ao mesmo tempo, o país tem o maior índice de assassinatos de mulheres e homens defensores dos direitos humanos e do meio ambiente em 2017 (Global Witness 2017). Neste contexto, como podemos analisar a violência contra mulheres rurais politicamente engajadas?

A violência doméstica como ferramenta do agrocapitalismo

Começamos por considerar a violência doméstica, da perspectiva da ordem agrocapitalista. Guétat-Bernard e Prévost (2016) relatam o caso do marido de uma respondente entrevistada, um agricultor não agroecológico, que queimou a produção agroecológica da esposa. Este tipo de violência é comum. É geralmente descrita pelas ONGs como "violência patrimonial". A tese defendida aqui é que esta violência vai além da violência doméstica. É, no mesmo gesto, um ecocídio, uma violência contra mulheres (econômica, produtiva e simbólica) e uma violência política. Os efeitos desta

¹²O Brasil consumiu 725,800 toneladas de pesticidas em 2008, ou 3,7 quilos por pessoa (Rigotto; Rosa 2012).

¹³De acordo com dados de satélite publicados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), centro de pesquisa brasileiro responsável pelas atividades e aplicações científicas, o desmatamento da floresta amazônica teve um aumento de 278% em julho de 2019, em comparação com julho de 2018.

violência alimentam o projeto agrocapitalista. Como vimos anteriormente, o amor pela terra e a apreensão sentipensada da natureza estão no centro das práticas agroecológicas feministas. O ato do marido está, portanto, dentro de uma lógica ecocida: ele destrói a terra que foi cultivada agroecologicamente, sem agrotóxicos, que visa a sua regeneração. É um ataque à promoção da vida da Natureza implementada pelo trabalho das mulheres, bem como ao vínculo entre o povo e a natureza. A lógica mortal do agrocapital se manifesta neste gesto: as mesmas técnicas de destruição do solo e do ecossistema são aplicadas. Um ataque é feito à terra atacando as mulheres, e um ataque é feito às mulheres atacando a terra.

É também violência econômica. A produção feminina é para o consumo familiar e para a venda nos mercados. Em uma região de seca intensa, como o Nordeste, as dificuldades de cultivo são grandes e os produtos do trabalho agrícola são preciosos. Este gesto do marido é, portanto, uma ameaça para a alimentação. Requer um gasto em comprar ou cultivar alimentos para compensar. Além disso, a renda proveniente da venda de produtos cultivados constitui a modesta contribuição financeira que as mulheres têm em um contexto em que têm pouco ou nenhum acesso a recursos financeiros. Por sua ação, o marido dificulta a renda e a autonomia de sua esposa.

Em terceiro lugar, o gesto é uma forma de tornar invisível o trabalho de uma mulher rural. Não só a produção feminina se torna inexistente, como também o caso das mulheres como trabalhadora rural, autônoma, produtora e agente de mudança. Ao queimar a produção de sua esposa, o marido sanciona seu compromisso agroecológico e sua autonomia com relação a dimensão familiar da produção (que supostamente deve seguir a decisão do "chefe da família").

Finalmente, é o projeto político das mulheres rurais que está sendo atacado. A violência masculina atua como o motor interno do agrocapital: ela joga a favor dos interesses agrocapitalistas dentro da comunidade camponesa. Sua função é a de um chamado à ordem, da destruição das esperanças e condições materiais da construção de uma alternativa agroecológica feminista.

Matando Margarida Alves: um exemplo de "feminicídio agrocapitalista"

Margarida Alves é um exemplo do que eu proponho chamar de "feminicídio agrocapitalista". Construído pela antropóloga mexicana Marcela Lagarde (2008) a partir da raiz latina *feminis*, o termo "feminicídio" evita a simetria entre femicídio e homicídio, e nos permite destacar uma dimensão estrutural. O conceito de "feminicídio" é caracterizado por duas dimensões: 1) o femicídio, ou seja, crime de gênero motivado pelo ódio às mulheres, baseado em uma estrutura de poder; 2) a impunidade deste crime (Devineau 2012; Falquet 2016b). O Estado desempenha um papel central através de sua "falha em proporcionar justiça": permite a impunidade dos perpetradores deste crime e incentiva a repetição deste tipo de violência. Esta definição se baseia no trabalho pioneiro sobre o feminicídio, a saber, as de Lagarde (2008), Sagot e Carcedo (1990). A questão da impunidade tem implicações diferentes,

dependendo do autor: a participação direta do Estado é questionada por Sagot e Carcedo (1990), que a consideram mais como uma participação estrutural. De acordo com Bejarano e Fregoso (2010), o feminicídio envolve o Estado e o indivíduo criminoso individual: trata-se de uma violência sistêmica enraizada em violência social, política, econômica e desigualdades sociais, políticas, econômicas e culturais. No caso do Brasil, a participação direta do Estado é afirmada pelo papel ativo desempenhado pelos agentes institucionais do agrocápital, como o exemplo de Margarida Alves. Entretanto, lembremos que existem muitos outros exemplos: o número de ativistas assassinadas atingiu níveis recordes. Alguns feminicídios são particularmente visibilizados nas mídias, como o caso da Irmã Dorothy M. Stang, uma freira americana assassinada em 12 de fevereiro de 2005 no coração da Amazônia brasileira. Muitos outros crimes deste tipo são abafados, invisibilizados, negados. Margarida Alves estava desempenhando um papel pioneiro como líder sindical no Brasil. Ela denunciou localmente os abusos dos latifundiários e foi assassinada em 1983. Esta é uma prática de longa data: os proprietários pagam aos homens do campo - geralmente sem-terra - para realizar ações em conflitos rurais, incluindo o assassinato de camponeses (Bleil 2018). A violência é afirmada como uma arma de "necro-empoderamento"¹⁴ para estes homens. Ela é a expressão de uma organização de trabalho inscrita na história colonial/classista/racista (Valência 2019). O Estado utiliza esta necropolítica¹⁵ como forma de governo, instrumentalizando os corpos dos homens por meio da precariedade, de modo a travarem uma guerra não declarada contra a minoria e as populações resistentes (IBID.). No caso brasileiro, dada a ancoragem histórica da elite rural no poder estatal, a necropolítica é organizada a partir das instituições e direcionada para o território. A interseccionalidade é expressa nestes crimes: gênero, classe e raça são afirmados pela construção desta masculinidade precária, encorajada à violência por uma masculinidade hegemônica branca no poder (Connell 2014). A masculinidade necropolítica tem o poder de ordenar a morte e expor grupos à violência, como perpetradores ou vítimas (Valência 2019). Como um crime de gênero, o femicídio é uma ferramenta patriarcal de negação social: matar as possibilidades de as mulheres assumirem um forte papel político, como mulher, em uma luta e em grupo. Estes assassinatos são exemplos. Reafirmam o destino que aguarda as mulheres que transgridem suas atribuições de gênero e desafiam a ordem. O objetivo é aterrorizá-las (Falquet 2016b; Fregoso; Bejarano 2010) para impedi-las de se organizarem. O sistema agrocapitalista depende da violência doméstica como uma ferramenta de controle. Quando as mulheres crescem além do quintal, da tarefa única de reprodução social e, portanto, fora do controle conjugal, são implantadas estratégias de terror. Tal violência é o lado obscuro do agrocapitalismo. Em paralelo, o rosto sorridente é

¹⁴A filósofa mexicana Sayak Valencia (2019: 216) analisa o "capitalismo gore" e o "necro-empoderamento" refere-se à violência usada como uma "ferramenta de trabalho", para um rápido enriquecimento e socialização de certas populações, principalmente homens, a fim de "escapar da precariedade econômica" e cumprir seu papel de gênero como fornecedor de recursos.

¹⁵Valência retoma a noção de necropolítica de Achille Mbembe, situando-a no contexto latino-americano, como resultado de um processo cujas origens remontam à colonização. De acordo com Mbembe (2006), a necropolítica é a expressão máxima da soberania em seu poder e capacidade de escolher quem pode viver e quem deve morrer.

simbolizado pelas promessas de emprego aos camponeses no agronegócio, em projetos energéticos, projetos turísticos desenvolvidos no litoral do Nordeste. Assim, ao propor, por um lado, envolver as populações camponesas em atividades econômicas e, por outro lado, aterrorizando, desorganizando e destruindo os portadores de alternativas, a estratégia do agrocapitalismo é promover sua singularidade por meio de "guerra psicológica" (Falquet 2016b).

Fomentando o conservadorismo/destruir os possíveis

Esta violência é também uma ferramenta para a reorganização do poder. Há vários anos, os ataques têm aumentado contra os camponeses, o grupo social mais envolvido na luta contra o agrocapital. Desde que Michel Temer tomou o poder em 2016 a partir do *impeachment* de Dilma Rousseff, os assassinatos nas áreas rurais aumentaram¹⁶ e mudaram de forma: os corpos são encontrados cortados, queimados, desfigurados¹⁷. Infelizmente, a impunidade reina sobre esses massacres.

Uma reorganização institucional foi implementada a fim de isolar e desalojar a classe camponesa. Em 13 de maio de 2016, o governo interino decretou a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) responsável pela reforma agrária e a agricultura familiar, mesmo que Dilma ainda não tivesse sido destituída. Em 26 de novembro de 2016, enquanto Temer estava no poder, a ouvidoria agrária foi abolida. Esta instituição, criada após o massacre de Eldorado dos Carajás em 1996¹⁸, desempenhava um papel de mediação em conflitos rurais: ela permitia aos camponeses pedir ajuda. A partir de então, a classe camponesa não teve mais um interlocutor estatal. Os conflitos rurais aumentam, os assassinatos estão em alta e as instituições de proteção estão desmanteladas: o quadro é claro, a necropolítica agrocapitalista está em vigor.

A extinção dos direitos e ganhos das populações minoritárias que vem ocorrendo desde 2016 provoca condições de não-cidadania, especialmente para mulheres rurais (falta de *status*, direitos, organização política), o que leva a sua negação social. Os discursos políticos e midiáticos desempenham um papel central neste processo. Numa dinâmica de "adestramento negativo" (Guillaumin 1992, p 40), a exposição e a impunidade da violência aterrorizam as mulheres e as envia de volta para a esfera privada. Além disso, a demonização dos movimentos sociais rurais e a divulgação de fotos de cadáveres de mulheres e homens ativistas é parte de um processo de

¹⁶De acordo com o relatório anual da Comissão Pastoral da Terra (CPT) sobre os conflitos no campo no Brasil, houve 61 assassinatos em áreas rurais em 2016 e 70 em 2017. As tentativas de assassinatos aumentaram 66%.

¹⁷Por exemplo, um massacre foi organizado em 2017 em Pau D'arco, no Pará: nove trabalhadores rurais foram assassinados em uma operação realizada por policiais civis e militares em uma fazenda ocupada. Seus corpos foram queimados e cortados em pedaços. Os perpetradores permanecem desconhecidos. Estes massacres não são específicos do Brasil nem das áreas rurais.

¹⁸Um total de 17 camponeses sem terra foram assassinados pela polícia militar no estado do Pará.

"dessensibilização social" (Falquet 2016b). A "colonialidade do poder" é reforçada desta forma: a produção e exposição à violência e à morte é articulada em torno da administração necropolítica do Estado. Isto não é uma exceção, mas a regra, como Mbembe a conceitualiza. O corpo social é assim condicionado de tal forma que encoraja a resignação diante da ascensão do conservadorismo ao poder. Este quadro estrutural de violência permite destacar as estratégias de superação adotadas pelos ativistas e, sobretudo, o desafio de criar espaço para as emoções, de reconhecê-las, enquanto as politizam.

O corazonar e a superação da violência

Minha proposta para uma análise feminista da violência nos permite olhar para as estratégias de resistência das ativistas em seu contexto situado. Um simples estudo de discurso e de textos sugere que sua compreensão da violência é limitada à violência doméstica: "Não adianta produzir sem veneno e voltar para casa e ser espancada por seu marido" (Grupo de Trabalho das Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia). No entanto, uma análise articulada e atenciosa dos mecanismos ativistas nos permite captar a compreensão sistêmica da violência. Não é apenas uma denúncia radical da opressão, mas também a construção de uma identidade e capacidade de agir politicamente com base em um exercício de conscientização (Santos 2018).

Politizar as emoções

Dentro dos espaços coletivos militantes, as emoções são expressas, reconhecidas e politizadas. Elas permitem uma consciência política da opressão. Além disso, elas são uma ferramenta de coesão e luta. Emoções "negativas", como raiva, medo, humilhação, impedem a capacidade de agir (Guérin 2017). À primeira vista, é uma questão de sair do medo, como expresso por muitas das entrevistadas. Para fazer isso, é necessário reconhecer o medo, o próprio e o das outras, para compreender suas implicações. Um *slogan* caracteriza esta estratégia: "Medo nós tem, mas não usa" (veja Figura 4). O MMTR levou esse *slogan* para a VI MM (2019), sob o governo de Jair Bolsonaro. Nomear o medo nos permite nomear quem o está causando. Brandida em bandeira, esta frase reconhece a legitimidade da emoção, assim como afirma a violência sofrida e a superação defendida pelas ativistas.

Figura 4. Bandeira MMTR-NE na MM 2019.



Fonte: Publicação no Facebook, página MMTR-NE, 24 de agosto de 2019.

Se o medo é a principal razão da imobilidade, ele também representa uma estruturação de uma ordem de gênero e, portanto, uma experiência coletiva do grupo social das mulheres. Conhecer este ponto em comum pode ajudar as mulheres a se entenderem umas às outras e a acompanhar umas às outras:

Algumas mulheres nunca se libertam do marido. Ele se recusa a deixar sua esposa sair. Algumas são atacadas pelo marido se elas participam do movimento. Às vezes as convido para as reuniões. Mas eu entendo, elas estão com medo de sair e de participar. (Entrevista com Sálvia, agricultora cearense, 2017)

A transição da consciência cotidiana para a consciência crítica é trabalhada coletivamente. As emoções permitem reconhecer a opressão com base nos sentimentos, tanto pessoais quanto coletivos. Tomemos o seguinte exemplo:

Quando vejo uma mulher superar também, superar o que eu superei, então eu fico feliz [...]. Eu gostaria que não houvesse mais violência contra as mulheres. Gostaria que não houvesse mais violência contra as mulheres. Porque já passei por muita coisa e sei o que é a violência contra as mulheres. As mulheres não merecem tudo isso. (Entrevista com Lília, agricultora e pastora de Alagoas, 2015)

Lília conhece e reconhece o sofrimento associado com a experiência da violência doméstica. A partir de sua experiência individual, ela vê não apenas as situações, mas também o caráter estrutural da violência de gênero. O corazonar é vivenciado do sofrimento ao "ser feliz"; as emoções encarnam e acompanham o processo de conscientização e politização da violência. Além disso, a mística e o uso do corpo são ferramentas de denúncia e superação. As mulheres encarnam uma margarida: elas

denunciam a morte da natureza e de Margarida Alves, causadas pelo agrocaptal. Elas encarnam as Margaridas, as mulheres rurais que lutam, vivas ou assassinadas, que voltam à vida através da força do coletivo. É a mesma violência que as ataca, em todos os aspectos das Margaridas que elas são: humanos e não-humano. Esta mística ilustra as proximidades com a proposta do feminismo comunitário guatemalteco de "sanação espiritual" que promove, na morte, a libertação do próprio corpo da opressão patriarcal, racista e capitalista (Cabnal 2017). A mística permite que esta sanação ocorra em um momento coletivo onde tristeza e alegria estão presentes, onde as mulheres recuperam o poder sobre as violências socioambientais. A encenação da morte é transformada em uma encenação de ressurgimento. É então uma questão de reconhecimento e superação da violência.

Afirmando e encarnando a continuidade da luta e da vida

Outras estratégias para a superação são também construídas. Frente a uma cultura social e ambiental mortífera, o ativismo estudado reafirma a continuidade da luta e da vida. Em nível biográfico, há muitos relatos de violência doméstica e geralmente concluem com palavras de superação. Por exemplo, Lília diz: "Eu estou indo tão bem há 27 anos. Não há ninguém para gritar nas minhas orelhas. Estou livre [...] Vamos seguir em frente" (*filme Mulheres rurais em movimento*). Em uma escala coletiva, as "heroínas" representativas, símbolos de luta são afirmadas.

Figura 5. Exemplos de materiais ativistas com a imagem de Margarida Alves.



Margarida Alves expressa isto. A escolha desta "vítima" torna possível apontar o dedo ao agrocaptal como o culpado (Jasper 2016). No entanto, ela não é apenas uma vítima.

Ela também encarna a força. Ela desempenha o papel de um modelo positivo (uma das poucas mulheres rurais líderes da época) que participa da mudança dos sistemas de representação de gênero e incentiva as pessoas a lutar: "É melhor morrer na luta do que morrer de fome". As mulheres rurais podem se identificar com ela. Fazer de Margarida Alves um símbolo de luta, rompe com a cultura da impunidade das violências e a resignação desejada pelo agrocaptal. É uma mensagem de recusa da estratégia de terror empregada contra o grupo de mulheres rurais. Os *slogans* carregam o significado da luta: "Seguiremos em marcha até que sejamos todas livres". Como na mística, elas renascem como Margaridas, elas emergem da terra como sementes que florescem novamente.

A espiritualidade envolve recordar as mulheres que morreram e afirmar suas presenças coletivamente: "Presente!" A memória coletiva fortalece a luta atual e reafirma a vida. Meu propósito não é alimentar o mito da mulher rural forte e guerreira, nem invisibilizar as fragilidades da mulher rural (hooks 2015). Meu objetivo é antes caracterizar a dupla dinâmica de sua resistência: a denúncia da violência; a superação, a retórica nunca se detém por aí. Estas dinâmicas são bem conhecidas na autodefesa feminista: são "histórias de sucesso", ou seja, a produção e disseminação de narrativas alternativas à violência de gênero. A valorização das possibilidades positivas tem um papel social central: "os limites da realidade do que é alcançável depende em parte de crenças [...] sobre esses limites" (Wright 2017, p. 50). Há necessidade de desenvolver a imaginação política e "restaurar um sentido sobre a possibilidade de mudanças sociais emancipatórias" (Wright 2017, p. 14). Então, encarnando o espírito daquelas mulheres mortas, elas vão afirmar que a violência não as detém, que a morte de muitas delas não as detém, que os ataques à natureza não as detém, tornando assim visíveis as possibilidades de superação e suas alternativas, permitindo ainda que elas se multipliquem.

CONCLUSÕES

A adoção das concepções do sentipensar e do corazonar nos permite privilegiar as epistemologias latino-americanas e ecofeministas que vão além da binaridade entre razão/emoção, natureza/ser humano, corpo/saberes. Além disso, a utilização desses conceitos reflete um desejo de aproveitar o "conhecimento situado" das mobilizações, estudando as mobilizações através do estudo das suas formas de expressão (mística, canções, poemas), bem como dos discursos de ativistas. O uso dessas concepções pressupõe uma transformação dos modos de pensamento dominantes no Ocidente, da "colonialidade do conhecimento" (Lander 2005). Este é um exercício particularmente difícil para um pesquisador ou uma pesquisadora branca ocidental. Além das mudanças nas práticas científicas (integrando abordagens participativas e de "ação-reflexão-ação") e das categorizações de pensamento é necessário colocar a voz das respondentes no centro da pesquisa. Este processo só é possível mediante um longo período de tempo no campo e uma relação de confiança. Como pesquisadora, eu não devo apenas entender meus próprios privilégios, mas também trabalhar para desconstruí-los e questionar o conhecimento produzido. Por exemplo, um confronto

contínuo dos "meus" resultados com as entrevistadas? Deve ser realizado, a fim de limitar super-interpretações na análise e generalizações. No contexto de Invisibilização social e epistemicídio, mas também de ataques ao grupo social das mulheres rurais e, mais amplamente, das ativistas, optei por não insistir nos conflitos e contradições internas. Esta postura é inspirada por Patricia Hill Collins (2016) e nos permite valorizar a resistência individual e coletiva, assim como o pensamento desenvolvido pelas entrevistadas, o que, mesmo que seja marcado por distensões, representa um conjunto poderoso para a transformação social.

Assim, o estudo mostra que a agroecologia feminista praticada pelas ativistas do MMTR e algumas ativistas da MM cultivam afetos - para si mesmas, para outras pessoas, para a terra - com uma compreensão das relações de poder envolvidas. É a compreensão da conexão com a Terra praticada e o sentipensamento feminista que torna possível destacar todas as dimensões da violência no contexto. O que eu chamo de "necropolítica agrocapitalista" é implementado através da violência conjugal sócio-ambiental e através do que eu chamo de "feminicídio agro-capitalista". Minha análise da violência me permitiu, portanto, descobrir as estratégias para superá-la que são favorecidas pelas ativistas rurais. Para concluir com as palavras de Erik Olin Wright (2017, p. 14), um sociólogo das utopias reais, essas ativistas "alimentam visões democráticas radicais e igualitárias de um mundo social alternativo" e "restauram uma sensação de possibilidade de mudança social emancipatória".

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a Gabriela Monteiro por sua revisão precisa e suas ricas observações que me permitiram questionar o uso dos conceitos.

REFERÊNCIAS

BASSI, Rafael; FALS BORDA, Orlando [Entrevue du 19 octobre 2007], *El Heraldo*, (Baranquilla). 2008.

BLEIL, Susana. Une violence invisible ? La recrudescence des assassinats dans le Brésil rural, *Brésil(s). Sciences humaines et sociales*, 1, 2018. [Acesso em agosto 2019]. Disponível em: journals.openedition.org/bresils/3071

BRAUD, Philippe. *L'émotion en politique : problèmes d'analyse*. Paris, Presses de Sciences Po. 1996

BUTTO, Andrea. *Movimentos sociais de mulheres rurais no Brasil: a construção do sujeito feminista*. Tese (Doutorado). Recife, Universidade Federal de Pernambuco. 2017

CABNAL, Lorena. Tzk'at, red de sanadoras ancestrales del feminismo comunitario desde Iximulew- Guatemala, *Ecología Política*, 54 : 100-104, 2017

CABNAL, Lorena. Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala, em ACSUR-Las Segovias (dir.), *Feminismos diversos: el feminismo comunitario*. Guadalajara, Librería de Cuerpos Parlantes: 11-25, 2010.

CARCEDO, Ana, SAGOT, Montserrat. *Femicidio en Costa Rica*. San José, Instituto Nacional de las Mujeres, 1990.

CASTELLS, Alicia Norma Gonzalez de. *A criatividade dos sem-terra na construção do habitat : um olhar etnográfico sobre a dimensão espacial do MST*. Tese (Doutorado). Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

CERQUEIRA, Daniel, e al. Atlas da violência 2018, IPEA, 2018 [Acesso em fevereiro 2019]. Disponível em: www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33410&Itemid=432

CLOUGH, Patricia Ticineto, HALLEY Jean (dir.). *The Affective Turn: Theorizing the Social*. Durham, Duke University Press, 2007.

COLLINS, Patricia Hill. *La pensée féministe noire*. Montréal, Les éditions du remue-ménage (tradução por Diane Lamoureux) [1re éd. : 1990], 2016.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). Conflitos no campo-Brasil, *Comissão Pastoral da Terra*, 2017 [Acesso em fevereiro 2019]. Disponível em: www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campobrasil

CONNELL, Raewyn. *Masculinities : enjeux sociaux de l'hégémonie*. Paris, Éditions Amsterdam, 2014.

CORDELL, Crystal. Émotions entre théories et pratiques, *Raisons politiques*, 65 : 5-13, 2017.

DEVINEAU, Julie. Autour du concept de fémicide/féminicide : entretiens avec Marcela Lagarde et Montserrat Sagot, *Problèmes d'Amérique latine*, 84, 2 : 77-91, 2012.

ESCOBAR, Arturo. *Sentir-Penser avec la Terre. Une écologie au-delà de l'Occident*. Paris, Seuil [1re éd. : 2014], 2018.

ESCOBAR, Arturo. *Sentipensar con la tierra*. Medellín, UNAULA, 2014.

ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite. « Femmes en mouvement : la naissance d'une existence sociale, politique et professionnelle », em Hélène Guétat-Bernard (dir.), *Féminin-Masculin*. Versailles, Éditions Quæ : 101, 2014 [Acesso em junho 2017]. Disponível em: www.cairn.info/femininmasculin--9782759221622-page-101.htm

FALQUET, Jules. Des assassinats de Ciudad Juárez au phénomène des féminicides : de nouvelles formes de violences contre les femmes ? en Jules Falquet, *Pax neoliberalia* :

perspectives féministes sur (la réorganisation de) la violence. Donnemarie-Dontilly, Éditions iXe : 99-133, 2016^a.

FALQUET, Jules. *Pax neoliberalia : perspectives féministes sur (la réorganisation de) la violence*. Donnemarie-Dontilly, Éditions iXe, 2016b.

FALS BORDA, Orlando. *Una sociología sentipensante para américa latina*. Buenos Aires, Consejo latinoamericano de ciencias sociales, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano, WELCH, Clifford Andrew. Campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil, em Bernardo Mançano Fernandes (dir.), *Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*. São Paulo, Expressão Popular: 47-70, 2008.

FERREIRA, Ana Paula Lopes. *Acercamiento entre las perspectivas feministas y agroecológica potencializando procesos de empoderamiento de las mujeres rurales brasileñas, desde el territorio del Pajeú, Sertão del Pernambuco*. Córdoba, Universidad de Córdoba (UCOPress), 2016.

FRAGOSO, Monárrez, ESTELA, Julia. La cultura del feminicidio en Ciudad Juárez, 1993-1999, *Frontera Norte*, 12, 23: 87-117, 2000.

FREGOSO, Rosa-Linda, BEJARANO, Cynthia. *Terrorizing Women: Femicide in the Americas*. Durham, Duke University Press, 2010.

GARCIA, Leila Posenato, e al.. *Violência contra a mulher : feminicídios no Brasil* », IPEA, 2013. [Acesso em setembro 2018]. Disponível em: www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925_sum_estudo_femicidio_leilagarcia.pdf

GLOBAL WITNESS. *Annual Report: Spotlight on Corruption, 2017* [Acesso setembro 2018]. Disponível em: www.globalwitness.org/fr/about-us/annual-reviews/

GUÉRIN, Isabelle. Du pouvoir, de l'argent et de l'amour ! Les ressorts cachés de l'empowerment, *Cahiers du genre*, 63, 2 : 121-144, 2017.

GUERRERO ARIAS, Patricio. *Colonialidad del saber e insurgencia de las sabidurías otras : corazonar las epistemologías hegemónicas, como respuesta de insurgencia (de)colonial*. Tese (Doutorado). Sucre, Universidad Andina Simón Bolívar, 2016. [Acesso em fevereiro 2019]. Disponível em: repositorio.uasb.edu.ec/handle/10644/5139

GUÉTAT-BERNARD, Hélène, PRÉVOST, Héloïse. L'agro-écologie au Brésil, un instrument genré de luttres sociales », *L'Ordinaire des Amériques*, 220, 2016 [Acesso em maio 2017]. Disponível em: orda.revues.org/2888

GUILLAUMIN, Colette. *Sexe, race et pratique du pouvoir : l'idée de nature*. Paris, Côté-femmes, 1992.

HACHE, Émilie. *Reclaim : anthologie de textes écoféministes*. Paris, Cambourakis, 2016.

hooks, bell. *Ne suis-je pas une femme ? Femmes noires et féminisme*. Paris, Éditions Cambourakis, 2015.

JASPER, James M. *Protesto : uma introdução aos movimentos sociais*. Rio de Janeiro, Zahar, 2016.

LAGARDE, Marcela. Antropología, feminismo y política: Violencia feminicida y derechos humanos de las mujeres, em Margaret Louise Bullen et María Carmen Díez Mintegui (dir.), *Retos teóricos y nuevas prácticas*. Donostia, Ankulegi Antropologia Elkarteak: 209-339, 2008.

LANDER, Edgardo (dir.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires, Consejo latinoamericano de ciencias sociales, 2005. [Acesso em outubro 2019]. Disponível em: bibliotecavirtual.clacso.org.ar/

LUGONES, María. Colonialidad y género, *Tabula Rasa*, 9: 73-101, 2008.

MBEMBE, Achille. Néropolitique, *Raisons politiques*, 1, 21 : 29-60, 2006.

MERCHANT, Carolyn. *The Death of Nature: Women, Ecology, and the Scientific Revolution*. New York, HarperOne, 1980.

NOGUERA DE ECHEVERRI, Ana Patricia, GIRALDO Omar Felipe. ¿Para qué poetas en tiempos de extractivismo ambiental? em Héctor Alimonda, Catalina Toro Pérez et Facundo Martín (dir.), *Ecología política latinoamericana : pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica*, t. 1. Mexico/Buenos Aires, Universidad Autónoma Metropolitana/Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales: 69-93 , 2017

O MOVIMENTO DA MULHER TRABALHADORA RURAL DO NORDESTE (MMTR-NE), PRÉVOST Héloïse. *Mulheres rurais em movimento*, [Filme participativo], Caruaru, 46 min, 2016.

PLUMWOOD, Val. *Feminism and the Mastery of Nature. Feminism for Today*. Londres, Routledge, 1993.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América latina, em Edgardo Lander (org.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires, Consejo latinoamericano de ciencias sociales: 117-142, 2005.

RIGOTTO, Raquel Maria, FERREIRA ROSA, Islene. Agrotóxicos, em Roseli Caldart e al. (dir.), *Dicionário da educação do campo*. Rio de Janeiro, Expressão Popular: 88-96, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *O fim do império cognitivo*. Coimbra, Almedina, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa « Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências », *Revista crítica de ciências sociais*, 63 : 237-280, 2002.

SILIPRANDI, Emma. *Mulheres e agroecologia : a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar*. Tese (Doutorado). Brasília, Universidade de Brasília, 2009. [Acesso em março 2014]. Disponível em: repositorio.unb.br/handle/10482/5591?mode=full

STARHAWK. *Rêver l'obscur : femmes, magie et politique*. Paris, Cambourakis, 2015 [1re éd. : 1982].

TRAÏNI, Christophe (dir.). *Émotions... Mobilisation!* Paris, Presses de Sciences Po, 2009.

VALENCIA, Sayak Triana. La violencia se està convirtiendo en un ecosistema y en un espacio de produccion de sentido: sentido de muerte », em Luis Martínez Andrade (dir.), *Feminismos a la contra: entre-vistas al sur global*. Santander, La Vorágine : 215-226, 2019.

WRIGHT, Erik Olin. *Utopies réelles*. Paris, La Découverte, 2017.